

**PROJETO DE LEI 7032/10 E SUA INTERFERENCIA NAS LICENCIATURAS E NA PRÁTICA  
PEDAGÓGICA DO ENSINO DA ARTE**

Valéria Metroski de Alvarenga

**Palavras-chave:** Ensino da Arte, Práticas Pedagógicas, Polivalência.

O presente texto abordará o diálogo existente entre a instituição formadora (ensino superior) e a receptora (educação básica) no que se refere ao ensino de Arte. Temos como principal objetivo problematizar o projeto de lei 7032/10 que prevê a obrigatoriedade de todas as linguagens artísticas na educação básica, através da definição específica das mesmas, não apenas da palavra 'arte' contida na LDB 9394/96. Para tal, vamos relembrar o surgimento dos cursos de Educação Artística e sua transformação em áreas específicas: Música, Dança, Teatro e Artes Visuais ao longo das últimas quatro décadas. Determinamos este marco devido à obrigatoriedade do Ensino da Arte na Educação Básica da Rede Pública de Ensino com a LDB 5692/71. Para realizarmos essa pesquisa, sobre a formação docente e a prática pedagógica do ensino da Arte na educação básica, nos utilizaremos de vários textos escritos por Ana Mae Barbosa e Maria Cristina Rosa Fonseca da Silva e, também, de outros teóricos que escreveram a respeito do ensino da arte.

Como dito acima, a disciplina de Arte se tornou obrigatória a partir da LDB 5692/71, ocorrendo, então, a necessidade de formação docente para suprir a demanda educacional. Os cursos ofertados pretendiam formar o professor de Arte nas quatro linguagens artísticas através da licenciatura curta (dois anos). Porém, o tempo de formação se mostrou muito pequeno gerando conhecimento superficial das áreas. Com o passar dos anos surgem cursos de Educação Artística com duração de quatro anos, onde as linguagens artísticas ofertadas eram as mesmas, acrescentadas de aprofundamento em uma delas. Ainda assim se fazia necessário uma formação mais específica, surge então, a oferta de cursos de graduação em Arte de linguagens artísticas separadas, tal qual temos hoje.

Apesar destas mudanças, há algo que foi ignorado. As instituições dos cursos de Licenciatura do Ensino Superior se individualizaram, o que, por um lado, é algo positivo por fornecer ao educando uma base bem fundamentada na área escolhida. Entretanto, as políticas públicas em educação "esqueceram-se" de promover alterações na matriz curricular da Educação Básica. Atualmente constata-se que o professor de Arte enfrenta um impasse: de um lado, não lhe é mais ofertado, pelos cursos de graduação, a formação polivalente que fazia parte dos antigos cursos de Educação Artística e, de outro lado, lhe é exigida a articulação de todas as linguagens artísticas para seguir as orientações dos PCNs e as DCEs. Identificamos tal situação como o principal problema encontrado na práxis pedagógica do Ensino da Arte, resultante da distância entre teoria e prática no efetivo trabalho escolar do professor. Talvez esse quadro mude se a proposta de lei 7032/10, apresentada em 2010, realmente for implantada.

**Referências:**

ALESSANDRA, Karla. Câmara dos deputados: Educação e Cultura. Educação aprova dança e teatro como disciplinas obrigatórias do ensino básico. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/456284-EDUCACAO-APROVA-DANCA-E-TEATRO-COMO-DISCIPLINAS-OBRIGATORIAS-DO-ENSINO-BASICO.html> Acesso em: 11/11/2013

ALMEIDA, N. W. Educar pela arte ou para a arte? Um estudo sobre a polivalência no curso de educação artística. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1992.

BARBOSA, Ana Mae (org) Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2002.

Arte-Educação no Brasil - Realidade hoje e expectativas futuras. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a10.pdf>> Acesso em: 14/02/2013.

Arte-educação: conflitos/acertos. São Paulo: Max Limonad, 1985.

SALES, H. M. O ensino da arte e sua história. São Paulo: MAC. 1990.

(ORG.) Ensino da Arte: memória e história. São Paulo: Perspectiva, 2008.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . LDB – 5692/71. Disponível em: <<http://www.smeq.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espacolegislaao/EDUCACIONAL/NACIONAL/ldb%20n%C2%BA%205692-1971.pdf>> Acesso em: 24/12/2013.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB- 9394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 24/12/2012.

ROSA, M. C. Formação do Professor de Arte: diversidade e complexidade pedagógica. Florianópolis, Insular, 2005.

A educação de professoras e professores de arte: construindo uma proposta de ensino multicultural à distância. 187p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Formação de professores de arte e perspectivas de atuação política. UDESC. s/d. Disponível em: <[http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/2-ENREFAEB\\_3-Simposio-AV/02MariaCristinadaRosa.pdf](http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/2-ENREFAEB_3-Simposio-AV/02MariaCristinadaRosa.pdf)> Acesso em: 13/02/2013.